



1 **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM BAIANO DE MUDANÇAS**
2 **CLIMÁTICAS E BIODIVERSIDADE**

3 No dia 03 de Fevereiro de 2021, às 09:00, ocorreu à terceira reunião ordinária
4 do Fórum Baiano de Mudanças Climáticas e Biodiversidades/ FBMC, de forma
5 virtual, através da Plataforma Teams, com os membros que representam este
6 Fórum, abaixo relacionados. Após a verificação de quórum, a Secretária
7 Executiva do FBMC, Clarissa Amaral, leu os Pontos de Pauta, a seguir: 1.
8 Aprovação da Ata da Reunião Anterior; 2. Discussão e aprovação do
9 calendário das reuniões do FBMC – ano 2021; 3. Composição das Câmaras
10 temáticas; 4. Apresentação da metodologia do ICLEI para a elaboração dos
11 inventários de Gases de Efeito Estufa na Bahia, além da explicação das
12 estimativas que atualmente são realizadas pelo Sistema de Estimativas de
13 Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), uma iniciativa do
14 Observatório do Clima que compreende a produção de estimativas anuais das
15 emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil; 5. Informes; 6. O que
16 ocorrer. Em seguida, o Secretário de Meio Ambiente do Estado da Bahia e
17 Presidente do FBMC, João Carlos Oliveira, fez uso da palavra. Informou que a
18 reunião já possui quórum, agradeceu a presença de todos, pontuou que está
19 retomando 2021 com a 3ª Reunião Ordinária do FBMC e disse da importância
20 do Fórum e, sobretudo das temáticas ligada à questão ambiental, em especial
21 mudanças climáticas e o aquecimento global. Destacou o avanço que
22 conseguiu construir na Bahia, sobretudo neste cenário de pandemia. Ressaltou
23 que tem esperança que em 2021 a vacina contra o COVID 19 esteja disponível,
24 para que possa no menor espaço de tempo estar ultrapassando esse período
25 difícil de pandemia, na expectativa da realização da próxima reunião de
26 maneira presencial. Pontuou que a pauta desta reunião é extremamente
27 positiva e, sobretudo é satisfatória para avançar neste tema. Finalizou
28 desejando uma boa reunião a todos e solicitou que a Coordenadora da
29 Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais - SECEX colocasse em
30 votação a Ata da reunião anterior. Miriã Caetano/ SECEX – SEMA, informou
31 que até a data que antecedeu essa reunião, a SECEX não recebeu nenhuma
32 contribuição/solicitação para alteração da Ata. Dando continuidade, colocou em
33 votação a Ata da 2ª Reunião Ordinária do FBMC, ocorrida em 04 de Dezembro
34 de 2020, que foi aprovada por unanimidade dos presentes. Clarissa
35 Amaral/SEMA solicitou a inversão de Pauta, para que fosse antecipado os
36 Informes de algumas ações da SEMA que tem ligação com alguns pontos que
37 serão discutidos. Após concordância de todos, passou-se para o 5º Ponto de
38 Pauta, Informes. Clarissa Amaral/SEMA destacou a Implantação dos Fóruns
39 Regionais de Mudanças Climáticas, com objetivo de ampliar a participação
40 dentro do FBMC e foi feita uma Macroterritorialização de acordo com as
41 características dos Territórios de Identidade, no total de 15 Fóruns Regionais,
42 divididos da seguinte forma: Oeste –Bacia do Rio Grande e TI Bacia do Rio
43 Corrente/ Baixo São Francisco – TI Sertão do São Francisco e TI Itaparica/
44 Médio São Francisco –TI Velho Chico/ Serra Geral – TI Sertão Produtivo/

45 Paraguaçu – TI Piemonte do Paraguaçu, TI Bacia do Jacuípe e TI Portal do
46 Sertão/ Irecê – TI Irecê/ Chapada Diamantina – TI Chapada Diamantina e TI
47 Bacia do Paramirim/ Metropolitana - TI Metropolitana/ Piemonte da Diamantina
48 – TI Piemonte Norte do Itapicuru e TI Piemonte da Diamantina/ Nordeste – TI
49 Semiárido Nordeste II e TI Sisal/Recôncavo Sul – TI Recôncavo e TI Vale do
50 Jequiçá/ Extremo Sul – TI Extremo Sul e TI Costa do Descobrimento/ Litoral
51 Norte -TI Litoral Norte e Agreste/ Sudoeste – TI Vitória da Conquista, TI Médio
52 Sudoeste e TI Médio Rio de Contas/ Litoral Sul – TI Litoral Sul e TI Baixo Sul.
53 Explicou que cada uma dessas regiões envolvem de 2 a 3 Territórios de
54 Identidade. Explicou que o 1º Fórum Regional seria criado no dia 16 de Março
55 do ano de 2020, mas como surgimento da Pandemia as viagens no Estado da
56 Bahia foram suspensas e a SEMA não pode participar do evento que já estava
57 agendado no município de Teixeira de Freitas para discutir Mudanças
58 Climáticas, no qual iria ser apresentado o Programa e lançar o embrião do
59 Fórum Regional que seria no Extremo Sul. Com o avanço e complicações da
60 Pandemia, entendeu-se que não adiantava esperar a Pandemia passar e
61 resolveram começar de forma virtual. Informou que já começaram a fazer a
62 implantações dos Fóruns Regionais do Oeste; Médio São Francisco; Serra
63 Geral; Paraguaçu; Região Metropolitana; Recôncavo Sul; Extremo Sul e Litoral
64 Sul. Falou que já conversaram com os gestores públicos para que eles
65 ajudassem na tarefa de reunir as principais lideranças dos movimentos sociais,
66 das universidades, dos setores produtivos e da própria administração para nos
67 sugerir uma formatação do Fórum Regional, bem como que fossem levantadas
68 todas as demandas ambientais da região, os principais problemas e
69 consequências das mudanças climáticas da região. Acredita que nos próximos
70 10 dias consiga reunir os demais e a partir daí começar a se reunir já com a
71 formatação sugerida por cada região. Disse que ficou combinado de fazer
72 reunião do FBMC em um mês e no mês seguinte a dos Fóruns Regionais,
73 sendo a SEMA a interlocutora. Sugeriu de fazer uma grande reunião do FBMC
74 com os Fóruns Regionais para uma visão global. Renato Cunha/Gambá achou
75 excelente a ideia e encaminhamento dos Fóruns Regionais e perguntou
76 através de quem esses contatos foram realizados. Disse, ainda, que apesar da
77 ideia dos Fóruns Regionais, acredita que seja necessário a ampliação da
78 composição do FBMC com outras representações da sociedade civil, a qual
79 está pouco representada na composição e acha que vale a pena colocar essa
80 questão como ponto de pauta para próxima reunião, como já havia sugerido na
81 reunião anterior. Clarissa Amaral/ SEMA pontuou que irá colocar este ponto na
82 pauta da próxima reunião. A professora Guineverre, da Universidade Federal
83 do Sul da Bahia agradeceu e disse que a Universidade segue aberta para
84 auxiliar no que for possível. Dando continuidade do 5º Ponto de Pauta, Clarissa
85 Amaral/ SEMA, falou sobre o Programa Crédito Floresta, disse que estão
86 preparando um programa para submeter ao FBMC e que dentro 15 dias irá
87 passar uma proposta que deve ser encaminhada ao Exmo. Sr. Governador
88 para que eles discutam e contribuam considerando as observações
89 procedentes que foram colocadas na última reunião, quando esse assunto foi
90 apresentado. Também informou que o Setor Agropecuária e Uso da Terra são
91 responsáveis por mais de emissão de gases efeito estufa e por isso estão
92 muito focados nesse Programa de Crédito Floresta e também no Programa de
93 Agricultura de Baixo Carbono, que no Estado da Bahia está sob a
94 responsabilidade da Secretaria de Agricultura e que desde o ano de 2020 a

95 SEMA tem entrado em contato solicitando este Programa e na semana
96 passada eles se manifestaram convidando a SEMA e também a AIBA para
97 participarem da reunião, mas que não tinham ainda as contribuições para
98 SEMA e para Secretaria de Desenvolvimento Rural/ SDR. Sugeriu fazer as
99 colaborações da SEMA e a SDR também e apresentar. Então esses dois
100 programas já estão em curso na SEMA, já estão sendo minutados e serão
101 passados para os membros do FBMC. Falou do Projeto Meio Ambiente,
102 Ciência e Inovação, que na verdade tem uma experiência no Ceará chamado
103 Programa Cientista Chefe que deixou de ser um Projeto e passou a ser um
104 Programa de Política Pública no Governo do Ceará. Ele consiste em trazer a
105 biodiversidade para dentro das agências públicas. Esclareceu que já está
106 elaborando uma minuta do Planejamento Espacial Marinho, que seria
107 submetida a embaixada do Reino Unido para eles financiarem esse programa
108 que tem por base o Cientista Chefe. A ideia é fazer um edital que um
109 pesquisador desenvolva com seu grupo de pesquisadores. Assim, a
110 universidade vem para dentro da Secretaria trazendo toda sua expertise para
111 que juntos haja uma colaboração mais efetiva e com pesquisas sendo feitas
112 paralelamente para a execução do Projeto. Disse que contam com a
113 colaboração do Professor Miguel Accioli da UFBA, e que gostaria de contar
114 com a colaboração do Professor Landim. Mencionou que é um Planejamento
115 que está em volta de R\$ 1.250.000,00 e a Secretaria não tem. Disse que o
116 Reino Unido já financia o do Ceará e está bastante promissor a financiar o da
117 Bahia. Finalizou informando que a Procuradoria Geral do Estado/ PGE já
118 aprovou o Fundo de Compensação Ambiental da SEMA/ INEMA, esse Fundo
119 é oriundo do recursos que vem dos impactos causados pelos
120 empreendimentos e tem um regramento específico. A compensação ambiental
121 é um mecanismo que visa compensar os danos ambientais, identificados no
122 processo de licenciamento ambiental no momento da implantação de
123 empreendimentos de significativo impacto ambiental, estabelecendo o dever do
124 empreendedor em apoiar a implantação e a manutenção de Unidade de
125 Conservação do Grupo de Proteção Integral, em percentual a ser definido
126 segundo o grau de impacto negativo e não mitigável do empreendimento e
127 aplicado em relação aos custos totais previstos para a implantação do
128 empreendimento. Na esfera federal e no Estado da Bahia, o percentual máximo
129 foi estabelecido em 0,5 % do valor do empreendimento. Quando o
130 empreendimento afetar Unidade de Conservação específica ou sua zona de
131 amortecimento, a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de
132 Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação. No
133 Estado da Bahia as unidades beneficiadas e aplicações são definidas pela
134 Câmara de Compensação - CCA, a partir de proposição do órgão gestor das
135 Unidades de Conservação. Podem ser beneficiadas unidades de conservação
136 federais, estaduais e municipais. A aplicação dos recursos da compensação
137 ambiental, nas unidades de conservação, existentes ou a serem criadas, deve
138 obedecer à seguinte ordem de prioridade: I - regularização fundiária e
139 demarcação das terras; II - elaboração, revisão ou implantação de plano de
140 manejo; III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão,
141 monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de
142 amortecimento; IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de
143 nova unidade de conservação; e V - desenvolvimento de pesquisas
144 necessárias para o manejo da unidade de conservação e área de

145 amortecimento. Cristina Seixas Graça/Promotora do MP Bahia, falou que o
146 Manual da Compensação Ambiental foi produzido pela ABRAMPA e esta
147 disponível para consulta pública. Passando para o 2º Ponto de Pauta,
148 Discussão e aprovação do calendário das reuniões do FBMC – ano 2021. Foi
149 informado que tal sugestão foi feita de forma conciliada com outros Conselhos
150 presididos pelo Secretário para evitar choque de datas. Após apresentação e
151 discussão, as datas das reuniões ordinárias foram aprovadas com sugestão de
152 temas que poderão ser alterados, ficando assim: 03/02 - Apresentação do
153 ICLEI sobre a metodologia dos inventários de GEEs na Bahia;03/02 - -
154 Apresentação dos Programas de Transição Energética do Governo do Estado
155 pelo secretário Marcus Cavalcante (SEINFRA) para 14/04; Apresentação do
156 Programa de Agricultura de Baixo Carbono juntamente com O programa de
157 Resíduos Sólidos, pelo secretário Nelson Pelegriño (SEDUR), para 16/06; Na
158 reunião de 18/08, apresentação da primeira versão dos Inventários de GEEs;
159 13/10 - Início da elaboração do Plano Estadual de Enfrentamento às Mudanças
160 Climáticas – Diretrizes. 14/12 – Elaboração do Plano Estadual de
161 Enfrentamento das Mudanças Climáticas – Metas e Medidas de mitigação e
162 adaptação. Passando para o 3º Ponto de Pauta, Composição das Câmaras
163 temáticas, a seguir: Agricultura, Pecuária e outros uso da Terra; Indústria e
164 Mineração; Energia e Transporte; Resíduos Sólidos e Efluentes; Impactos
165 ambientais nos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos. Após discussão,
166 Clarissa Amaral/SEMA sugeriu enviar uma tabela para Composição das
167 Câmaras Temáticas para que as instituições interessadas indiquem
168 representantes para até 02 câmaras e depois devolvam. Então ficou acordado
169 da SEMA enviar a tabela e os órgãos interessados se incumbiram de
170 preenchê-las e devolvê-las para análise da SEMA. Após aprovação dos
171 membros, a reunião será marcada e os coordenadores serão escolhidos
172 durante a primeira reunião de cada Câmara Técnica. Cada Câmara Técnica faz
173 o seu próprio calendário, mas a SEMA que irá convocar. Marcelo Araújo/UFRB,
174 parabenizou a SEMA e o Secretário João Carlos pela retomada do Fórum,
175 disse que teve o prazer de participar da formação do Fórum e disse que não
176 soube como foi feito o convite para as Universidades participarem do Fórum e
177 que soube da reunião através de Renato Cunha. Perguntou se a UFRB foi
178 contactada? E recomenda que seja atualizada a página do site para que todos
179 tenham conhecimento do processo. Clarissa Amaral/SEMA, disse que irá
180 responder via email e que ele pode compartilhar com quem quiser, só pela
181 questão do tempo mesmo. Passando para o 4º Ponto de Pauta, Apresentação
182 da metodologia do ICLEI para a elaboração dos inventários de Gases de Efeito
183 Estufa na Bahia, além da explicação das estimativas que atualmente são
184 realizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de
185 Efeito Estufa (SEEG), uma iniciativa do Observatório do Clima que compreende
186 a produção de estimativas anuais das emissões de gases de efeito estufa
187 (GEE) no Brasil. Clarissa Amaral/ SEMA, agradeceu a Dra Aline Salvador/MP-
188 Ba pelo patrocínio dos Inventários e convidou Igor Albuquerque/Gerente do
189 ICLEI para fazer a apresentação da metodologia desenvolvida por ele junto a
190 outras organizações internacionais, que será utilizada na elaboração dos
191 Inventários de Gases de Efeito Estufa. Igor Albuquerque/Gerente do ICLEI,
192 cumprimentou a todos e disse que participa da reunião com muita satisfação e
193 convidou Rodrigo Conrrad /Gerente de Institucionais do ICLEI para uma
194 apresentação e que depois ele retomava. Dando seguimento, Rodrigo

195 Conrrad/ICLEI cumprimentou a todos e parabenizou pela maneira que o Fórum
196 tem conquistado cada vez mais espaço representativa característica territorial.
197 E é isso que estamos querendo colocar de acordo a nossa experiência. Disse
198 já estar desenvolvendo uma conversa com o Estado da Bahia desde ano
199 passado com foco de tentar constituir uma plataforma que levante as
200 informações necessárias para o planejamento focado nas questões climáticas
201 do Estado que tem uma capacidade de chegar nos diferentes espaços do
202 território e em cima disso, como aprendizado que o ICLEI estar tendo nos
203 últimos anos nas estruturas municipais e regionais o processo que seja
204 transparente, focado na ciência e com capacidade de vinculação com o
205 território. Nossa obrigação com o governo do Estado é que o ICLEI possa ter a
206 capacidade de implementação com agentes da Bahia que tem a capacidade de
207 poder acessar as informações para que as metodologias possam dar o melhor
208 resultado para o inventário que tem essa qualidade de poder diferenciar o
209 governo do Estado na constituição de um inventário que tenha como sua
210 função a implementação uma agenda de gestão climática. Igor Albuquerque/
211 ICLEI, fazer uma apresentação para implantação de iniciativas voltadas para
212 Inventários e Planos de Ação Climática. Pontuou que recentemente concluíram
213 o Plano de Investigação e Adaptação de Salvador, que teve grande
214 repercussão mundial, considerado um dos planos mais consistentes e
215 elaborados pela Rede C40. Então essa parte do processo da ação climática foi
216 identificado e da análise de vulnerabilidade como os primeiros passos para
217 estruturar uma estratégia mais factível com base em evidências científicas,
218 para elaboração de um instrumento de gestão da ação climática junto com a
219 análise de vulnerabilidade. Explicou que o ICLEI é uma organização global que
220 atua para implementação da agenda de estabilidade em governos locais e
221 nacionais. Atualmente tem 24 escritórios no mundo. Trabalha com agenda
222 temática pautada com agenda de baixo carbono, baseado na natureza,
223 equitativo e centrado nas pessoas, resiliência e desenvolvimento circular.
224 Então todos os projetos, metodologias e ferramentas compõem esses eixos e
225 que na implementação de várias atividades, divisões centradas nesses
226 caminhos levará a uma cidade, estado o status ambiente sustentável. Os
227 caminhos são a base para projetar soluções integradas que equilibram os
228 padrões da vida humana e os ambientes naturais e construídos. Agendas são
229 pautadas também por acordos internacionais e que tentam ao máximo
230 instrumentalizar de forma técnica, institucional e política com a participação de
231 diversos atores no desenvolvimento desses mecanismos. Falou dos Impactos
232 no Alcance dos “ODS-ONU”. Que é fundamental que a Agenda Global de
233 Sustentabilidade seja implementada próxima aos governos municipais e
234 estaduais, focada no contexto local. Ter o foco no objetivo 11 “Cidades e
235 Comunidades Sustentáveis”. E atuação sistêmica e multinível, reflexo em todos
236 os outros objetivos como: 2. Fome Zero; 6. Água limpa e saneamento; 7.
237 Energia acessível e limpa; 13. Combate as alterações climáticas e 15. Vida
238 sobre a terra. Também falou sobre os possíveis impactos no Nordeste. Mata
239 Atlântica a questão das chuvas, mais de 5% a 10% (até 2040) e mais 30%
240 (2100); Temperatura, aumento de 1° C (ate 2040) e 3°C (2100); Efeitos,
241 tempestades mais intensas e ondas de calor; Riscos de inundações,
242 enxurradas e deslizamentos de terra mais frequentes. Na Caatinga as menos
243 20% de Chuvas (até 2040) e menos 50% (2100); Temperaturas aumentando
244 1°C até 2040 e 4,5°C até 2100; Intensificação das estiagens, alteração do clima

245 semiárido para árido; risco de desertificação. Explicou que o Inventário de
246 Emissões é a contabilização de gases de efeito estufa (GEE) emitidos ou
247 removidos da atmosfera. É um documento que listará, por atividade-fonte de
248 emissão e setor, a quantidade de GEEs emitidos para a atmosfera durante um
249 determinado período. O IPCC reconhece diversos gases como causadores do
250 efeito estufa. Destacando-se os seguintes: CO₂ (dióxido de carbono); CH₄
251 (metano); N₂O (óxido nitroso). Falou que os Inventários é um banco de dados
252 e que podem ser considerados o início do engajamento de uma das questões
253 centrais da problemática ambiental atual: a mudança do clima e seus impactos.
254 Disse que acha que é isso que o FBMC já faz. É a linha de base para
255 compreender o perfil de emissão de determinada região e, a partir dessa
256 análise de contexto, entender quais ações devem ser implementadas a fim de
257 se reduzir a emissão de GEE. Existem diversos métodos e protocolos para sua
258 elaboração, e a escolha do método ideal depende da natureza do inventário (se
259 é referente a cidades, estados, empresas ou outros). Disse que o Inventário
260 segue as diretrizes do IPCC, as estimativas de emissão e remoção de GEE são
261 divididas em cinco setores: energia; processos industriais e uso de produto;
262 agricultura, silvicultura e outros usos do solo; resíduos; outros como, por
263 exemplo, emissões indiretas da deposição de nitrogênio de fontes não
264 agrícolas. Comentou que o Brasil, em 2019, foi o responsável pela emissão de
265 2,17 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente, conforme os
266 resultados apresentados pelo projeto SEEG baseado no inventário nacional.
267 Complementou dizendo que 44% do uso da terra, 28% Agropecuária, 19%
268 Energia que envolve o transporte, 5% Processos Industriais, 4% Resíduos.
269 Sendo a principal atividade-fonte de emissão é o desmatamento associado à
270 atividade agropecuárias, e que o Brasil ocupa o 6º lugar entre os maiores
271 emissores de gases de efeito estufa, com 3,2% do total mundial. Destacou
272 também que as emissões per capita do Brasil são maiores que a média
273 mundial. Falou que , de acordo com os resultados do SEEG, a Bahia é
274 responsável pela emissão de cerca de 61 milhões de toneladas de dióxido de
275 carbono equivalente, onde as principais contribuições são decorrentes de
276 atividades da agropecuária com 41%, produção ou consumo de energia com
277 31%, mudança do uso da terra com 16% marcada em especial pelo
278 desmatamento, resíduos 10%, IPPU 2%. Com o Inventário vamos ver se essa
279 composição esta próxima da realidade, se as locações das emissões estão
280 coerentes. Reforçou dizendo que não é possível considerar as informações do
281 SEEG como um inventário do Estado da Bahia. Que é necessário que os
282 estados se articulem internamente para obter dados mais precisos e
283 compatíveis com a realidade, além de promover o engajamento para avançar
284 na implementação da agenda climática. Exemplificou como será o processo de
285 elaboração do inventário do Estado da Bahia. Disse que a primeira etapa
286 consiste das pessoas apontarem, identificarem quais são as fontes de emissão,
287 quais são dos tipos de indústrias que existem no Estado, quais os tipos de
288 atividades, de biomas, que geram essas emissões. Fazendo esse processo de
289 identificação, identificar quais são as possíveis organizações, universidades
290 que possuam esses dados para que se consiga ter todo arcabouço de
291 informações. Clarissa Amaral/ SEMA, disse que já selecionou as organizações
292 que tem esses dados e que já existe um grupo formado que vai começar a
293 atuar na coleta desses dados. Igor Albuquerque/ICLEI disse que isso é perfeito
294 e que irão capacitar esse grupo já formado, verificando quais informações,

295 nível de detalhamento, qual o formato necessário para que já se comece a
296 organizar os dados seguindo a ferramenta Climas que irá permitir que não se
297 cometa deslizes comuns na elaboração de um inventário, bem como o
298 gerenciamento do tempo e uma comunicação mais fluida. Informou que a
299 ferramenta já foi utilizada como instrumento para elaboração de inventários de
300 5 cidades brasileiras Belo Horizonte, Recife, Salvador, Canoas e Contagem, e
301 na Região Metropolitana de Campinas. Apresentou a Série Histórica de
302 Salvador Emissão de GEE 2014 a 2018, onde o setor de agricultura e mudança
303 do solo teve um resultado negativo, então a cidade de 2014 até 2017 absorvia
304 mais gás carbônico do que emitia, o que mudou em 2018 que a cidade passou
305 a emitir 20 toneladas. Pode-se interpretar que foi um ano atípico de copa do
306 mundo e recessão econômica que teve impactos em alguns setores. Finalizou
307 agradecendo e se colocando a disposição para tirar dúvidas. Clarissa Amaral/
308 SEMA agradeceu aos representantes do ICLEI e falou das entidades que irão
309 ajudar a extrair esses dados para colocar na plataforma, que cada setor de
310 atividade terá 2 representantes, titular e suplente. Energia já tem a Bahiagás e
311 a ANP; Transporte, Vinci Airport (aeroporto), a ANP e Sindcombustíveis;
312 Resíduos temos SEDUR, EMBASA e INEMA; Processos Industriais temos a
313 FIEB e INEMA; Agricultura, Pecuária e Uso da Terra temos SEI, FAEB e
314 INEMA. Falou que o contrato não foi assinado naquela manhã por um
315 problema técnico que envolveu a gestora do recurso da Promotoria de Meio
316 Ambiente da Costa do Cacau. E que assim que o contrato for assinado pode
317 começar a elaborar o inventário. E abriu espaço para as perguntas. Uma
318 convidada perguntou se caso exista lacuna de informação em relação a esses
319 dados quais as estratégias que o ICLEI pretende utilizar para elaboração do
320 relatório? Igor Albuquerque/ ICLEI respondeu dizendo que é um pergunta muito
321 boa. Disse que percebem muitas vezes que algumas informações não existe e
322 a própria metodologia reconhecendo esse obstáculo para elaboração de
323 inventários, permite algumas estimativas desde que consiga algum dado
324 qualitativo, por exemplo, o Estado não consegue ter um mapeamento do
325 volume enviados a todos os aterros sanitários dentro do Estado ou que o
326 Estado porventura possa enviar para outros Estados, também avaliamos essa
327 possibilidade. Então possa ser que não se encontre o valor exato e ai será
328 adotado a estratégia de usar o que a metodologia permite. Vamos ver o
329 percentual, a geração per capita do Estado, número da população, qual é a
330 população atendida por aquele aterro, e o mesmo vale para saneamento sobre
331 qual população é atendida. De energia é muito comum conseguir os dados das
332 concessionárias mês a mês e às vezes vem faltando 1 ou 2 meses e vai atrás
333 para tentar melhorar. Pode-se chegar a media anual mesmo com as diferenças
334 daqueles meses. Importante do inventário é ele ser transparente e existem
335 alguns princípios para a exatidão, a transparência, a consistência, abrangência.
336 Uma vez que utiliza alguma estimativa para um determinado dado, isso é
337 demonstrado. Clarissa Amaral/ SEMA leu outra pergunta de uma convidada:
338 Será contabilizado desmatamento de supressão de vegetação e incêndios
339 florestais? Igor Albuquerque/ ICLEI respondeu que sim. Que todos esses têm
340 no subsetores da metodologia. Que tem a parte de queimadas naturais,
341 antrópicas, uso de fertilizantes, supressão de áreas de vegetação, e tudo isso
342 será contabilizado. Por exemplo, a questão do desmatamento é contabilizada
343 ou por imagens auto-referenciadas ou pelos dados obtidos de acordo com as
344 secretarias, órgãos responsáveis por monitorar esses desmatamentos. Muitos

345 desses desmatamentos ocorrem de forma ilegal, então não temos muito opção
346 de recorrer a dados factíveis monitorados, mas busca-se um retrato mais
347 próximo da realidade através de imagens georreferenciadas ou de dados como
348 no caso da Bahia que já possui e permite que façamos uma comparação de
349 uma área desmatada de um ano para o outro, de um período para o outro.
350 Além disso, existe um outro projeto encabeçado pelo Observatório do Clima
351 que é o MapBiomass que faz o monitoramento do desmatamento em todo
352 território Brasileiro chegando a escala do município e que permite observar a
353 mudança do uso da terra ano após ano. Imagens georreferenciadas no link que
354 foi compartilhado do observatório do clima tem link para MapBiomass. Muitos
355 inventários são elaborados com base nessas premissas e os que têm dados
356 mais apurados, com certeza, consegue aprimorar melhor essa estimativa.
357 Dados referentes a queimadas também entram nessa contabilização. Clarissa
358 Amaral traz a pergunta de Renato Cunha/ CEPRAM como será a participação
359 da Academia Baiana neste trabalho? Igor Albuquerque/ ICLEI disse que os
360 órgãos de pesquisa têm os dados referentes, então com o grupo apontado
361 inicialmente pelo Governo do Estado se faz as articulações para ver quais os
362 dados que cada órgão que possa compor essa estratégia de coleta de dados.
363 Também dependendo de cada informação que cada entidade possui tem o
364 papel mais significativo, ou mais pontual durante o processo. Então é uma
365 estratégia que precisa ser desenvolvida pelo grupo apontado. O grande
366 objetivo do inventário é obter os melhores dados para atender a metodologia
367 do IPCC, as vezes consegue dados de uma fonte e as vezes consegue dados
368 de uma fonte mais confiável, o processo de inventário é muito dinâmico. Por
369 isso a importância de um grupo para que os dados serem contabilizados de
370 forma mais precisa. Tiago Alessandro Novaes, pergunta se a ferramenta
371 permite o acesso da sociedade em geral para avaliação dos dados e
372 informações? Pelo que percebi o programa Climas automatiza a geração de
373 gráficos e tabelas e os fatores de emissão e demais parâmetros serão
374 utilizados no inventário nacional e os do IPCC replica melhor a realidade
375 baiana? Haverá cálculo das incertezas com base em qual método? E qual será
376 a periodicidade de elaboração do inventário Estadual e qual será o período de
377 referência? Igor Albuquerque/ ICLEI disse que o processo tem muitos
378 questionamentos. Como o inventário é um instrumento, um diagnóstico, o mais
379 importante de uma ampla participação e o grupo focado de acordo com a
380 disponibilidade do levantamento desses dados que estão nas concessionárias,
381 indústrias, universidades. Pontuou que sociedade poderá entrar em uma
382 discussão que não cabe ao inventário, mas que é importante que tenham
383 conhecimento da entrada dos dados para que tenham consciência dos
384 impactos. O inventário em si não permite que se faça uma análise muito crítica
385 daquele dado. Disse que na experiência deles, o inventário quando flui com
386 mais qualidade é quando tem um grupo técnico que tenha acesso as
387 informações e depois com os resultados tenham um amplo debate com a
388 sociedade para a formulação de um plano de ação. É todo um processo que
389 também pode ser definido. Em relação aos fatores de emissão, geralmente,
390 nos inventários se recorre aos fatores nacionais porque muitas vezes os os
391 Estados não tem fatores específicos e o ideal era que tivesse. A classificação
392 da qualidade dos dados é de três categorias e que sempre vão mais para o que
393 é usado no inventário nacional. Mas também considera-se que muitas vezes a
394 média não representa um Estado tão grande como a Bahia. A periodicidade é

395 decidida pelo Governo, e não recomendamos que seja anual, para cidade
396 recomendado após 2 anos. Para o Estado de 2 a 3 anos, permite que algum
397 dado seja corrigido e o próprio Estado possa avaliar a mudança do clima, mas
398 isso é decidido pelo Estado da Bahia. A metodologia dos casos de incerteza se
399 tem no IPCC os padrões que podem ser utilizados ou não. Que buscam os
400 dados de entrada e utilizam os padrões de estimativa que é permitida. Clarissa
401 Amaral/SEMA pergunta sobre os cálculos de incertezas? Igor Albuquerque/
402 ICLEI – respondeu que para os cálculos de incertezas se tenta seguir
403 recomendações do IPCC, e que tem padrões que podem ser utilizados ou não
404 e procura buscar os dados mais precisos. E como é um inventário nacional
405 seguem padrões e estimativas que a metodologia permite, mas se for
406 necessário pode recorrer outro parâmetro para conseguir atender uma
407 possível verificação de uma auditoria de um inventário. Clarissa Amara/SEMA
408 apresenta a pergunta da Prof. Guineverre/ Universidade da Bahia acerca da
409 previsão de oportunidade de capacitações para interessados para manejo da
410 plataforma apresentada? Clarissa Amaral/SEMA, respondeu que sim vai dar
411 para aqueles responsáveis pelos dados, mas existe a possibilidade de ver junto
412 ao ICLEI quando forem fazer a capacitação dos servidores quantos mais é
413 possível receber em cada turma. Igor Albuquerque/ ICLEI acrescentou que o
414 Estado irá receber um login e senha e a partir daí criará alguns usuários, mas
415 que não será possibilitado um acesso universal a plataforma. A capacitação
416 para população ainda não está previsto nesse processo, mas é algo que a
417 própria apresentação dos resultados tem atendido a necessidade da
418 população. Jadilson Magalhães perguntou de que forma esses dados serão
419 divulgados para a população a fim de engajá-la na mitigação dos impactos?
420 Clarissa Amaral/SEMA respondeu dizendo que o resultado será amplamente
421 difundido com todas as questões da sua elaboração e os resultados. Maira
422 Azevedo, questionou se vamos analisar as emissões por área de vegetação
423 suprimida autorizada? Clarissa Amaral/SEMA informa que já foi respondida.
424 Renato Cunha/CEPRAM, já há algum membro da academia baiana envolvida
425 ou a equipe será toda de fora? Clarissa Amaral/SEMA, esclareceu que a
426 equipe é formada por entidades responsáveis pelas emissão de informações,
427 emissão de dados em cada setor. Lembrou que a SEMA tem Protocolo e
428 Intenção com quase todas as universidades baianas e que serão chamadas de
429 acordo a necessidade de apresentação. Quanto ao início dos trabalhos e qual
430 o prazo de elaboração. Clarissa Amaral/SEMA, explicou que o Ministério
431 Público que é quem vá contratar o ICLEI para fazer o Inventário, estar tendo
432 alguns problemas. Como é a promotoria da Costa do Cacau que irá doar os
433 recursos, teve que prever um produto específico para a própria região, então
434 estava-se procurando um denominador comum para que os inventários tenham
435 alguma coisa específica naquela região para justificar o pagamento. Mas que
436 será assinado nos próximos dias e após assinado começar imediatamente. A
437 previsão de prazo é de 6 a 7 meses. Clarissa Amaral/SEMA agradeceu a
438 participação de Igor e de Rodrigo do ICLEI. O Secretário João Carlos fez uso
439 da palavra e disse que na condição de Presidente do Fórum, e na condição de
440 Secretário da SEMA representando o Estado quer fazer um agradecimento
441 especial ao ICLEI, e a Igor e Rodrigo, por entender que é um avanço muito
442 importante para a Bahia para análise do cenário ambiental. Um cenário muito
443 importante para fazermos essa construção coletiva na questão das mudanças
444 climáticas e construir um inventário, que esta dentro do planejamento

445 estratégico que traçamos para a secretária. Agradeceu a presença de todos
446 conselheiros e reforçou que meio ambiente não pode ser trabalhado com
447 bandeira individualizada, precisa ser uma construção coletiva. Passando para o
448 6º Ponto de Pauta - O que ocorrer. Não havendo nada para ser tratado, a
449 reunião foi encerrada. Esta ata será encaminhada à todos os membros do
450 FBMC para inclusão de suas considerações em meio eletrônico, sendo
451 aprovada na próxima plenária do Fórum.

452 Presentes na reunião:

453

454 João Carlos Oliveira da Silva/SEMA

455 Clarissa Amaral/SEMA

456 Miriã Caetano da Silva/SEMA

457 Washington de Jesus Sant'Anna da Franca Rocha/SECTI

458 André Luiz Liger de Oliveira/SDE

459 Adriano Souza Oliveira/ SEINFRA

460 Eduardo Fárias Topázio/INEMA

461 Cristina Seixas Graça/MP-Ba

462 Tiago Carvalho Borges/IBDMAR

463 Camila Araújo Lopes Martins

464 José Carlos Alvez Gallindo Júnior/Bahiagás

465 Arlinda Dias Coelho Negreiros/FIEB

466 Decio Novaes Neto/ABSOLAR

467 André Rocha Vieira de Brito/ABAF

468 José Maria Landim Dominguez/UFBA

469 Maria Dolores Ribeiro Orge/UNEB

470 Mara Rojane Barros de Matos/UNEB

471 Renato Pegas Paes da Cunha/CEPRAM

472 João Lopes Araujo/CEPRAM

473